

ENTRE HOMENS DE SABER, DE LETRAS E DE CIÊNCIA: médicos e outros agentes da cura no Brasil colonial

Ana Carolina de Carvalho Viotti
Universidade Estadual Paulista – *campus* Franca

Resumo: A pluralidade de agentes e saberes curativos é traço marcante dos séculos que antecederam o estabelecimento da Corte portuguesa e, com ela, o ensino e prática essencialmente *médicas* no Brasil. Este artigo tem como mote examinar, maiormente pela perspectiva dos doutos, a formação dos saberes curativos no cenário colonial, saberes esses que se fizeram a partir do intercâmbio entre as ideias advindas do Velho Mundo e as necessidades – e possibilidades – dos trópicos.

Palavras-chave: Medicina; práticas de cura; Brasil colonial.

Abstract: In the centuries before the establishment of Portuguese court and, with them, the teaching and practice of essentially *medical* actions in Brazil, there were many people and intercrossed understandings surrounding the healing practices. In this article, the formation of therapeutic cognizance in the colonial scenario will be examined, a kind of knowledge which only could be formed by the interchange of ideas from the “Old World” and the needs – and possibilities – in the tropics.

Keywords: Medicine; healing practices; Colonial Brazil.

Simão Pinheiro Morão (1618-1695), um dos primeiros entre os doutos que medicaram no Brasil a legar um tratado sobre as doenças e curas particulares dessas terras, também é autor de um texto especialmente cunhado para dar conta das *Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitâneas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes*. Ele direciona seus esforços para denunciar o recurso, segundo ele muito usual, a curandeiros, sangradores e toda sorte de não licenciados que exerciam a medicina em Pernambuco; alerta-nos que a população se entregava “de todo coração mais aos experimentados empíricos do que aos cientes experimentados, entendendo falsamente consistir a experiência para curar só no conhecimento de algumas ervas, ou nos sucessos de algumas curas”,¹ e que “até mesmo os párocos, que por preceito de Deus e da Igreja deveriam atalhar estes abusos [as mentiras e falsos prognósticos dos práticos], caem neles”.²

Suas críticas dão um indicativo sobre a diversidade de formas de entender e curar as enfermidades naqueles tempos coloniais, tempos em que os médicos, hoje naturalizados como os detentores da palavra final de como recobrar a saúde, “competiam” com outros entendidos

para prescrever sobre o trato dos corpos. O diminuto número de licenciados³ – pela falta de escolas superiores na América Portuguesa,⁴ pelos baixos salários destinados aos que se dispunham a atravessar o Atlântico, pela ausência dos fármacos conhecidos na Europa, entre outros motivos– tinham concorrentes nas artes de curar, e não eram poucos. A atenção sobre os corpos enfermos e as diversas maneiras de assinalar a eficácia das curas configurava um espaço híbrido de polêmica e disputas. Se se pode dizer que os parâmetros curativos de uma medicina europeia – ou melhor, especialmente lusa, que até meados do Setecentos não se amparava nas grandes descobertas daqueles tempos⁵ –, tentaram ser transpostos para o Brasil pelas mãos dos doutos, é igualmente plausível afirmar que tais métodos e fórmulas foram, pela experiência e necessidade, levados a cabo por agentes diversos, combinados com ingredientes e saberes diversos. Nesse sentido, a prática médica, aquela prática de cuidar do corpo e remediar os males fez-se nova, fez-se “brasileira”.

Aqui, pois, apresentamos uma amostra desse cenário curativo do período colonial, de onde se destacam as personagens responsáveis por levar as curas a cabo e os locais onde essas práticas eram pensadas e desenvolvidas. A trajetória dos saberes médicos nessas terras será aqui narrada, maiormente, a partir da perspectiva dos doutores, cirurgiões e outros agentes “oficiais” de cura, agentes esses que, ao longo do período colonial, forjaram sua preeminência em tratar dos corpos doentes. Porém, apenas no século XIX os doutores se firmarão como aqueles que, com estudo e prática, poderiam versar sobre a saúde e a doença dos habitantes do Brasil. O campo das curas nos séculos anteriores é híbrido: de diplomados a experimentados, os saberes de Hipócrates, de Santa Maria, dos Orixás e das forças da natureza são chamados para sanar os males, convocados por homens de origens diversas, mas com o intento único de curar corpos e, muitas vezes, almas.

Na tentativa de traçar um inventário temporalmente linear desse emaranhado de gentes e jeitos de se cuidar dos corpos, caminharemos, primeiramente, pelos registros das iniciativas dos religiosos, notadamente os jesuítas, primeiros a nos legar informações dessa sorte – tanto em suas próprias iniciativas, quanto de suas observações acerca das práticas ditas “mágicas” dos naturais da terra. Em seguida, observaremos de perto algumas das narrativas dos doutores que aqui medicaram, fossem eles médicos ou cirurgiões, e suas impressões sobre a medicina praticada por outrem. A ação e escritos desses homens – de saber, de letras, alguns entendidos de ciência não eram forjadas pelos doutos em centros de estudo universitário ou técnico – ao menos até meados do Setecentos. Será sobre os primeiros intentos de

organização de homens de letras e das normativas do governo sobre o controle das artes de curar que, por fim, trataremos.

É certo que se trata de uma divisão artificial – no mesmo tempo das primeiras academias de letras há ainda a reunião de receitas praticadas, manipuladas e criadas por irmãos da Companhia; junto com as prescrições dos mais doutos do século *das Luzes* há cirurgiões dando a lume obras médicas. Entre meados em todo o período, há, por certo, práticas terapêuticas plurais de indígenas, africanas e de “entendidos” de medicina,⁶ como os doutores fizeram questão de pontuar – e criticar. É certo, também, que os séculos XVII e XVIII foram palco para um sem número de alterações nas ciências médicas, notadamente na Europa.⁷ Tal opção, aqui, nos auxilia a reagrupar algumas das manifestações curativas, sob o olhar do doutor, desses dois séculos anteriores à emergência da clínica e da chamada “medicina social”⁸ no além-mar.

Doutores das almas e dos corpos

“[...] Mesmo os portugueses parecem que não sabem viver sem nós outros [os jesuítas], assim em suas enfermidades próprias, como de seus escravos: em nós outros têm médicos, boticários e enfermeiros; nossa casa é botica de todos, poucos momentos está quieta a campainha da portaria”:⁹ é assim que o conhecido Padre José de Anchieta (1534-1597), ainda em 1554, descreve a relação entre a população e os religiosos no que tange ao atendimento dos doentes. Ele sublinha o recurso constante aos fármacos e cuidados dos jesuítas por toda a sorte de pessoas – livres e cativas – de então, quando os irmãos da Companhia praticavam, além das tarefas missionária e educacional, também as de cirurgiões, boticários e doutores.

Embora a ação na área da saúde – nas curas e na fundação e manutenção de hospitais, como as Santas Casas de Misericórdia, boticas e enfermarias – tenha acompanhado a trajetória da ordem de Inácio de Loyola em seus colégios na Europa e naqueles estabelecidos no ultramar,¹⁰ o Brasil apresentou desafios peculiares aos padres. Aqui, mais que um suporte ao trabalho dos médicos, os missionários foram, por quase dois séculos, os grandes responsáveis pelo acudimento da população em todo tipo de peste. Até mesmo a sangria que, *a priori*, seria vedada aos religiosos praticar, passa a ser permitida através de legislação canônica especial,¹¹ a fim de cumprirem plenamente o papel tomado para si de doutores, também, dos corpos. “Cristo recomendou aos apóstolos e discípulos, pois quando os

mandou pelo mundo a converter almas para Deus, juntamente lhe ordenou que também curasse os corpos: *curate infirmos*”,¹² fala o padre Affonso da Costa, reafirmando que o exercício das curas pelos religiosos era, enfim, parte de sua missão.

Uns irmãos já vinham do Velho Mundo com formação médica, outros – e em maior número –, aprendiam pela observação e experiência a sangrar, purgar e operar os infelizes, caso do citado Anchieta e de Gregório Serrão, por exemplo. Houve outros que, sem o talento para exercer as artes de curar ou ocupados com serviços diversos, mostraram-se bons observadores e deixaram em papel e tinta diversas informações sobre as doenças e as curas, como Fernão Cardim (1549-1625), Gabriel Soares de Souza (1540-1591), Pero Magalhães Gândavo (1540-1558/1572?) e Simão de Vasconcellos (1597-1671), só para citar alguns. Vasconcellos, aliás, narra a alta mortalidade de gentis recém-batizados, atingidos por um “tal fogo de doença que parece peste”. Na Bahia seiscentista, o jesuíta ainda escreve sobre a incidência entre os batizados de uma “peste terrível de tosse e catarro mortal”: não identifica com precisão a enfermidade que os acometera e trata brevemente de sua sintomática, mas identifica a causa do adoecimento como castigo divino. Para nós, entretanto, não é difícil supor que as causas fossem estranhas ao mundo dos índios, já que apenas os batizados tinham faceado a morte prematura: para os jesuítas, um rechaço do inferno frente à conversão dos nativos; no olhar retrospectivo que nos é possibilitado, o evidente contato de pessoas não imunes às enfermidades contra as quais o europeu já tinha adquirido resistência, como a gripe.

Esse controle e remediação dos corpos podem ser encarados, ao fim e ao cabo, como um dos mecanismos de evangelização: “a experiência tem mostrado que mais almas pode converter para Deus um missionário que juntamente seja médico”,¹³ diz-nos um irmão. Ora, para efetivamente ganhar para Cristo as almas dos silvícolas e manter no reto caminho a dos colonos cristianizados, uma população saudável – e viva – era fundamental. Para, igualmente, desacreditar os naturais da terra da eficácia ao recurso aos pajés e curandeiros no momento de dor, conhecer os recursos naturais que dariam bons xaropes e infusões foi salutar. Desse modo, a partir da constatação dos evangelizadores de que, na tradição tupi, sanar os males estava associado à capacidade do indivíduo em se comunicar com os espíritos,¹⁴ praticar as curas dava aos irmãos o lugar de interlocutores privilegiados entre o mundo espiritual e corporal, de falar pelo “espírito verdadeiro”, o Deus cristão, e associar a imagem dos xamãs ao demônio, aos que não podem falar com os espíritos porque não curam mais.

A experimentação de receitas dava-se num verdadeiro laboratório¹⁵ administrado pelos religiosos, suas boticas. Um traficante de escravos francês, no início do século XVIII,

em sua estada no Rio de Janeiro, deixou uma palavra acerca delas: “a botica mantida por essa casa é excelente: bem decorada, asseada e provida de todos os tipos de drogas”. E acrescenta que não havia, “em França, nenhuma que se lhe compare. Essa botica dos padres abastece todas as outras da cidade”.¹⁶ A magnitude desses locais é assegurada, ainda, em inúmeros inventários de bens dos Colégios,¹⁷ além de indicações de que essas boticas eram, em toda uma região, o único local de recurso a fármacos. É o caso da botica do Pará que, segundo registros de 1760, contava com recipientes, estantes com mais de quatrocentos tipos de remédios, vinte exemplares de obras de referência médica, balanças, tachos, prensas e todo um aparato completo para feitura de poções e pílulas. E essa seria uma estrutura modesta frente às instalações dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro.¹⁸ Podemos citar, ainda, a Botica do Mar, administrada pelo Colégio do Maranhão, a responsável pelo abastecimento dos domínios a norte no Brasil, até o Pará.¹⁹

Da manipulação de ingredientes e remédios nessas boticas – notável contribuição dos jesuítas para o universo das curas e, especialmente, para a produção de saberes sobre as formas de tratar os males –, salta aos olhos, além das informações dispersas em cartas e compêndios dos irmãos, uma verdadeira compilação de receitas utilizadas nas boticas, intitulada *Colleção de várias receitas e segredos particulares da nossa companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil. Compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais celebres que tem havido nestas Partes. Aumentada com alguns índices e notícias muito curiosas as e necessárias para a boa direção e acerto contra as enfermidades.*

Tal coleção, embora tenha recebido todas as licenças necessárias para publicação em Roma, no ano de 1766, permanece manuscrita²⁰ e com única cópia conhecida depositada no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI). Bastante conhecida pela difusão da “triaga brasílica”,²¹ remédio polivalente contra mordeduras, verminoses, dores internas, males de bexigas e madre, febres, histeria, melancolia, epilepsia e outros achaques em adultos e crianças, a obra é um apanhado de cerca de duzentas e sessenta receitas, entre fórmulas dos famosos João Curvo Semedo (1635-1719) e Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), dos menos famosos mais recorrentes irmãos boticários Francisco da Silva, Manuel de Carvalho e André da Costa, daquelas criadas em Macau, Lisboa, Évora, Goa e América, acompanhadas sempre da origem/autoria, inventário de ingredientes com quantidades, modo de preparo detalhado e sua posologia.

Não foi esse a única obra escrita por um irmão da Companhia que dava conta de fórmulas: vejamos, por exemplo, a *Árvore da Vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas aprazíveis e saudáveis folhas em que se deixão ver muitos e singulares remédios assim simples como compostos, que a Arte, a experiência, indústria e a curiosidade descobrio para curar com facilidade quase todas as doenças e queixas a que o corpo humano esta sujeito principalmente em terras distuidas de Médicos e Boticas*, composta pelo citado irmão Affonso da Costa, em 1720, missionário em Goa e o *Libro primero de lapropriedad y birtudes de losarboles, plantas de lasmisiones y provincias de Tucuman, com algunasdel Brasil e del Oriente*, do confrade Pedro de Montenegro, em 1711, na província do Paraguai, por exemplo.

A *Colleção*, contudo, tem aqui especial destaque por reunir fórmulas elaboradas pelos irmãos boticários com simples próprios das regiões onde estavam localizados seus colégios e fazendas, além de receitas preparadas por famosos doutores. Em poucas palavras, a obra sumariza as incursões bem sucedidas dos religiosos e ainda dá uma amostra das referências curativas coetâneas e o que – e de quem – se lia quando o assunto era remediar as dores do corpo. Nesse sentido, é possível afirmar que a atuação dos inicianos, embora estimulada pela necessidade e pela ausência de doutores na América, não pode ser circunscrita a isso: tratava-se de mais que se apropriar dos saberes indígenas; tratava-se do resultado da troca de produtos, ideias e experiências entre a Companhia e as referências científicas coevas.

Malgrado essa assistência prestada no socorro imediato aos doentes e na fabricação de medicamentos, notadamente no além-mar, a ação dos religiosos passa a ser veementemente condenada pelos homens de ciência do Setecentos. Prova disto é a confecção, já em 1772, de um tratado endereçado em listar os malefícios que a influência dos loyolistas teria causado à nação portuguesa, onde se lê:

[...] a mesma Universidade [de Coimbra] foi tão admirada na Europa até o ano de mil quinhentos e cinquenta e cinco, no qual os denominados jesuítas, depois de haverem arruinado com os Estudos Menores com a ocupação do Real Colégio de Artes, em que toda a nobreza de Portugal recebia a mais útil, e louvável educação, passaram também a destruir os outros Estudos Maiores com o mau fim.²²

A respeito do Estudo Maior da Medicina, “que tem o fim de conservar e recuperar a saúde do corpo humano,” o tratado assevera que quando esta ficara a cargo dos jesuítas, fora arruinada: “se vê com admiração, e espanto, que sendo eles tão sutis em ver os interesses do seu corpo assim Moral, como Físico, se deixaram de tal sorte cegar com o desordenado desejo de

arruinar as ciências, que igualmente envolveram a Medicina nesta calamidade geral”.²³ Dizia também que se os grandes doutores concluíssem seus estudos fora de Portugal, ou se se quisesse mensurar as causas da falta de perspicácia e preparo dos médicos que tinham como função cuidar dos súditos da metrópole e de além-mar, concluir-se-ia “que a verdadeira causa, e decadência da Medicina, foi a ruína dos Estudos Menores, causada pelo magistério e ensino dos jesuítas”.²⁴

A maioria dos doutos não admite a participação no processo de cura dos “médicos da alma” que não detenham os conhecimentos de “médicos do corpo”. No Dezoito, aliás, a emancipação da tutela da religião que a medicina empreendeu ao longo do Dezesete²⁵ é repensada pelos lusos e traz de volta ao centro das discussões as ligações entre corpo e as paixões, ou corpo e alma. O Vitalismo e o Sensualismo,²⁶ por exemplo, passam a reivindicar para o território médico o tratamento dessas paixões. O renomado Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), um dos nomes que levaram a cabo as reformas do ensino médico no Portugal setecentista, vê como imprescindível a ampliação do alcance jurisdicional da medicina²⁷ para garantir seu sucesso e preeminência no campo da cura. Também o doutor Francisco de Melo Franco (1757-1823), poucas décadas depois, ainda nos deixa uma palavra sobre o assunto, indicativo, talvez, de que a querela e interrelação entre cura do espírito e cura do físico, ou entre o divino e a medicina, perduraram pelo período colonial. Endereçando seu tratado aos confessores, Melo Franco afirma que “só será bom médico espiritual o que for bom médico corporal”,²⁸ pois crê que

[...] é entendendo somente daqueles que, conhecendo homem físico e moral, estudando continuamente os mistérios da graça e da natureza, combinados em indivíduos singulares, sabem como uma e outra se concordam, sabe também como a alma obra no corpo e o corpo na alma, sabem como ambos se comunicam e se firmam em suas paixões e adquirem suas virtudes; e depois de conhecido o jogo desde mecanismo oculto, desta simpatia admirável, tiram indicações seguras, formam juízos certos e aplicam remédios não só morais mas também físicos [...] e os dirigem, enfim, nos caminhos da saúde do corpo e da salvação da alma.²⁹

Experimentados e diplomados

As críticas acerca da ação de não licenciados para a prática médica não se circunscrevem aos religiosos, recaindo, especialmente, sobre os chamados “empíricos”. Grosso modo, esses empíricos eram homens ou mulheres que praticavam curas baseados em

suas experiências com ervas, no conhecimento hereditário de mezinhas, na imitação de procedimentos médicos correntes – como a purga e a sangria –, e até mesmo com alguma leitura de obras de cirurgia – mas, essencialmente, sem uma formação direcionada para o exercício da Medicina. Simão Morão, em sua já citada “obra-denúncia”, vem a público delatar os “tantos abusos e tantos erros para a emenda”, procurando corrigir o que chamou de “tão danosos procedimentos”.³⁰ Não era esse o discurso de um homem só, como veremos.

Dois seriam os fatores responsáveis pela difusão da crença nos tratamentos apresentados pelos não licenciados: os próprios empíricos, acusados de prometer aos enfermos o que não podiam fazer,³¹ aplicando tratamentos tidos pelos doutos como inadequados para as doenças apresentadas,³² e os próprios colonos, entregues “[...] de todo coração mais aos experimentados empíricos do que aos cientes experimentados, entendendo falsamente consistir a experiência para curar só no conhecimento de algumas ervas, ou nos sucessos de algumas curas”.³³ Os doutores, embora compusessem uma parte pequena frente ao número total de terapeutas do corpo em exercício naqueles tempos, não conferiam legitimidade àqueles que, partindo de qualquer princípio alheio aos livros e procedimentos correntes, intentavam eliminar a doença “pronunciando palavras mágicas [...] fazendo caretas para infundir medo e confiança [...] apalpava todo o corpo [...] seguia-se a terapêutica [...] com folhas queimadas [...] costumavam esfregar, chupar e defumar os doentes nas partes lesas [...]”.³⁴ Nesse sentido, denunciar os malefícios do trabalho desses que consideravam “charlatães”, por definição, “homens que, sem estudos, e sem conhecimento da arte de curar a exercem, distribuindo como específicos remédios de sua invenção, e enganando nas encruzilhadas o público, para se enriquecer às custas dele”,³⁵ é o que Morão propõe, inaugurando o que se tornaria uma linha de tradição entre os escritos médicos em língua portuguesa.³⁶

A recorrência aos curadores, práticos, experimentados, curiosos – ou como se queira chamar o “empírico” – era alta: antes de consultar o doutor, o enfermo, também por questões financeiras, preferiu muitas vezes procurar o vizinho entendido do manejo das ervas antes ou o barbeiro-sangrador. Essa atividade de medicina “alternativa” à oficial parece, muitas vezes, tão naturalizada no cotidiano colonial que não espanta encontrar, no início do século XIX, um alferes titulado “Curioso de Medicina e Cirurgia”.³⁷ Entretanto, como afirma um dos cirurgiões das Minas Setecentistas, José Antônio Mendes, eram “muitos erros, que continuamente estão cometendo os curiosos”, e os doentes se submetiam a esses tratamentos “uns talvez por não gastarem com os Médicos, e Cirurgiões, outros por não poderem, nem

terem posses para os chamar, e outros pelas grandes distâncias em que moram”.³⁸ Por necessidade ou por preferência, o que se pode afirmar é que a clínica corrente misturava a terapêutica clássica, popular – de naturais da terra e escravos, inclusive – e mágica.

A hierarquia legal foi quase que letra-morta por séculos, embora as tentativas de regular o exercício da medicina no além-mar mereçam uma palavra. Através das ordenanças do Regimento de 1521 e da Fiscatura-mor – substituída em 1782 pela Junta do Protomedicatoe, novamente, com a restituição da Fiscatura-mor e da Provedoria-mor de Saúde em 1808³⁹ –, a ação real no tocante ao regulamento da medicina se fez presente na América Portuguesa. Ao menos no papel, as medidas régias colaborariam para a legitimação do discurso do médico como autoridade inquestionável no que concernia ao conhecimento dos males e nas medidas de tratamento. Coibir a ação de charlatães e assegurar não apenas a presença de licenciados, mas de diplomados avaliados e aprovados para curar a população seria o grande mérito dessas medidas. Organizada como um “verdadeiro tribunal”,⁴⁰ a Fiscatura-mor era composta por “médicos aprovados pela Universidade de Coimbra, e de três em três anos visitarão as boticas que houverem no distrito da sua comissão, levando em sua companhia três boticários dos aprovados pelo físico-mor”, cuja atuação limitava-se ao julgamento, pois “não poderá o delegado do físico-mor do reino dar licença à pessoa alguma para curar de Medicina”.⁴¹

Vê-se, contudo, muito maior preocupação da Fiscatura em assegurar que as ordens dadas à administração fossem cumpridas do que propriamente se informar acerca dos malefícios causados à população pelos abusos dos inquiridos – através da prescrição de medicamentos inadequados ou corrompidos. Muitas são as ordens de multa e punição expedidas contra aqueles que intencionavam medicar ou atuar em qualquer ramo que se ligue a saúde à revelia das disposições dos físicos.

A ação dos delegados visava, em suma, fazer cumprir o regimento que estabelecia as normas para prática de medicina na colônia;⁴² o aspecto de ‘conservação da saúde’,⁴³ todavia, encontrava-se em segundo plano. Medidas higiênicas, preventivas ou organizacionais do espaço público não figuravam entre as ordenanças,⁴⁴ embora as autoridades tivessem ciência de que, mesmo com a incidência de multas, não eram os médicos os únicos a curar. Quando da criação da Junta do Protomedicato, Dona Maria I reconhece os

[...] muitos estragos que, com irreparável prejuízo da vida de meus vassallos, têm resultado do pernicioso abuso e extrema facilidade com que muitas pessoas faltas de princípios e conhecimentos necessários se animam a exercitar a faculdade da medicina e a arte da cirurgia e as frequentes e

lastimosas desordens praticadas nas boticas destes Reinos e meus Domínios Ultramarinos[...]⁴⁵

e, assim, propõe a centralização dos mecanismos fiscalizadores como a solução para o problema do mau exercício das artes de curar no Brasil. Esse quadro é pintado e retocado com sutileza, já que muitos práticos acabaram por ser incorporados ao “sistema terapêutico” através de licenças.

Dos muitos fatores que poderiam justificar a permanência e persistência dessa medicina mestiça, mista, de um empirismo com o toque da medicina dita científica, vale destacar a presença de um número considerável de livros traduzidos para o português que, após passarem pela Real Mesa Censória, rumaram às terras de além-mar,⁴⁶ os manuais de medicina. Uma “medicina de cabeceira”, como se costuma dizer. A presença e circulação de verdadeiros repositórios de como manipular e aplicar fórmulas proporcionou, aos que tinham algum contato com a língua escrita, o conhecimento e uso de métodos e mezinhas criadas por renomados doutores e boticários por alguns alfabetizados e por aqueles que ouviram e reproduziram aqueles conhecimentos.

Entre os livros estrangeiros que aqui fizeram sucesso, faz-se notório o francês *Aviso ao povo acerca de sua saúde*, do doutor Tissot (1786) – que anunciava ser fundamental remediar os abusos cometidos em áreas rurais não assistidas por médicos, “a quem em sua distância dos médicos põem no caso de serem privados dos seus socorros”⁴⁷ –, a famosa *Medicina doméstica*, de Buchan, a *Medicina prática*, de Cullen, o *Vademecum do cirurgião*, de Antonio José de Sousa Pinto, o *Exame de sangradores que em forma de diálogo ensina aos mestres o que devem perguntar, aos discípulos o que se compreende na arte de sangrar*, de Manoel José da Fonseca, o *Homem médico de si mesmo*, de João Pedro Xavier do Monte, as *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*, por Antonio José Vieira de Carvalho, e diversos outros.

Esforçados em dar a público “os princípios gerais da medicina, para que pudessem aproveitar aquelas vantagens com que está adornada, e guardar-se ao mesmo tempo das destruidoras influências da ignorância, da superstição e charlatanaria”,⁴⁸ como justifica Buchan, esses letrados e versados em medicina cumpriam um triplo papel: refletir e escrever sobre as doenças e sua cura, instruir os populares a cuidar de si mesmos na ausência de especialistas e, por fim, controlar a prática de métodos avessos aos “científicos” pelos “charlatães”. As instruções desses conselhos, avisos e leituras “cumpriam a tarefa de fazer circular preceitos da medicina dita científica”.⁴⁹ Era caro aos autores dos citados textos que,

além de sistematizar os principais conhecimentos teóricos desta ciência, seus livros chegassem também aos práticos, com brevidade e clareza que se fizessem entender por todo o tipo de pessoas que curam, sem que houvesse a necessidade de terem estudado nas Universidades e escolas, “como são os cirurgiões ordinários, ou os que andam embarcados”.⁵⁰

Há indicações, inclusive, de que o sucesso obtido por esses manuais tenha se mantido ao longo século XIX, quando o discurso médico figurava com legitimidade no cenário das curas. As obras de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1882) são bons exemplos. A primeira delas, o *Formulário e guia médico*, vendeu trezentos exemplares no primeiro dia e foi editada outras dezenove vezes num intervalo de quase oitenta anos. Era composta pela descrição de fármacos, do que eram feitos, para que serviam, como deveriam ser aplicados, como se formulava um remédio, as plantas nativas mais usadas e, ainda, as receitas mais proveitosas para a economia doméstica. Um ano depois, seu *Dicionário de medicina popular*, reeditado entre 1842 e 1890, vendeu três mil exemplares,⁵¹ destinado a “difundir os bons preceitos de saúde, precaver o público contra o charlatanismo, a destruir os erros populares a respeito da medicina, a inculcar o que se deve fazer nos acidentes súbitos, e a ensinar o tratamento de várias moléstias que podiam ser realizados na ausência de um médico”.⁵² E há diversos outros: o *Manual do fazendeiro ou Tratado médico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades de todas as classes* (Imbert, 1839), o *Guia médico das mães de família* (Imbert, 1843), o *Dicionário de medicina doméstica e popular* (Langgaard, 1873), o *Primeiros socorros ou a medicina e a cirurgia simplificada* (Bonjean, 1866), *O médico e o cirurgião da roça* (Bonjean, 1857), só para citar alguns.

Inspirados, assim, pela medicina francesa e pelos ideais das *luzes* daqueles tempos, presencia-se, a partir de meados do século XVIII, a intensificação do pensamento pedagógico e uma inquietação com as diversas maneiras de educar.⁵³ Nas terras de cá, também encontramos algumas iniciativas, desde meados do Setecentos, de sistematizar referências científicas e literárias, além de produzir outras novas.

Espaços de homens de letras

Publicou-se na Gazeta de Lisboa, em 13 de julho de 1724, que “pelo grande cuidado do vice-rei, o qual em benefício dos naturais do mesmo País, tinha erigido uma Academia naquela Cidade, nomeando para ela pessoas de capacidade, e letras”.⁵⁴ Sebastião da Rocha

Pita (1660-1738), na sua conhecida *História da América Portuguesa*, dá notícia da benevolência de Vasco Fernandes César de Meneses (1637-1741), que “não permitiu que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates, que os das Minas. Erigiu uma doutíssima Academia, que se faz em Palácio na sua presença”.⁵⁵ A cidade era a Bahia, e a Academia, batizada de “Academia Brasílica dos Esquecidos”, foi destacada para além dos domínios lusos: outra gazeta, francesa, publicara no mesmo ano sobre a agremiação, “sem dúvida a primeira academia que os brasileiros teriam tido, talvez a primeira do Novo Mundo”, acrescentando a crítica de que nesse canto do mundo “se tem o costume de ser mais atentos ao ganho e a descoberta das minas, do que a cultura das ciências e das artes”.⁵⁶

Tal empreita foi levada a cabo por Caetano de Brito e Figueiredo, Gonçalo Soares da Franca, o já citado Sebastião da Rocha Pita, José da Cunha Cardoso, Inácio Barbosa Machado, Luis Siqueira da Gama e João de Brito e Lima,⁵⁷ acadêmicos que não haviam sido convidados pela metrópole para compor os quadros da Academia Real de História Portuguesa. Sob o propósito de pôr em papel a história e os percalços vividos até então na “Nova Lusitânia”, esses “esquecidos”, agora reunidos, deveriam voltar seus esforços para dar a prensa textos sobre o Brasil e suas gentes, como parte dos volumes de uma história geral do império, narrando os mais gloriosos feitos de sua história natural, militar, eclesiástica e política.

Sabe-se, pela instrução de providenciar cópias de todos os manuscritos produzidos por membros de uma academia posteriormente fundada, a Academia Brasília dos Renascidos(1757), que tal feito não fora plenamente efetivado: a exceção da supracitada obra de Rocha Pita, não restou outro texto das dezoito reuniões dos esquecidos. No estatuto dessa segunda academia, lê-se:

No segundo livro mandara registrar as contas de estudos que se derem por escrito e tudo o mais que compuseram os acadêmicos, evitando por este modo a infelicidade que tiveram na Nave Santa Rosa as obras dos acadêmicos esquecidos da Bahia quando se remetiam à Corte para se imprimirem, pois pela falta desta cautela se extinguiram para sempre no incêndio em que pereceram com a dita nau, de sorte que não aparece já hoje algum fragmento do seu útil e louvável trabalho.⁵⁸

Além dessas duas agremiações baianas, o Setecentos presenciou a fundação de outras duas, com objetivos e regras bem definidos: a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1790; 1794).

A Academia Científica, dotada do longo e explicativo nome de “Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica”, teve os auspícios do então Vice-rei, Marquês de Lavradio (1769-1779), conhecido por suas reformas laicas no ensino e o fomento das missões botânicas e científicas. Ele estava ciente da importância do estudo da história natural e da necessidade de entrelaçar, para não dizer respaldar, sua política de fomento à formação de uma sociedade científica.⁵⁹ E justifica a empreita:

[...] resolvi-me a fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos, farmacêuticos, e alguns curiosos, assim desta capitania, formando com eles uma assembleia, ou academia para se examinarem todas as cousas que se puderem encontrar neste continente pertencentes aos 3 reinos: vegetal, animal, e mineral [...] se podem fazer mais perduráveis as vidas, remediando-se muitas moléstias e achaques, por efeito das admiráveis plantas, e raízes, óleos, bálsamos e gomas de que é cheio todo este Continente, no qual a maior parte são desconhecidos, e alguns que já se conhecem se não tem comunicado a mais parte alguma, e a estes lhe dão usos muito impróprios dos que deviam ter, deixando por esta causa de se aproveitar mais este ramo de comércio [...] poderei conseguir fazer ao Estado e a Pátria, não só um serviço utilíssimo mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros só o[s] que nos instruem, e se aproveitem destas preciosidades que nós temos.⁶⁰

Entre os que lideraram a estruturação da primeira academia fluminense estava José Henriques Ferreira, filósofo e médico português, defensor ferrenho da secularização da ciência, há muito legada aos jesuítas, especialmente, em Portugal e seus domínios. É esse douto quem faz uma boa síntese sobre as potencialidades da terra não utilizadas e os costumes que se fixavam no Brasil sobre os usos da natureza por parte de seus habitantes, endossando os propósitos anunciados pelo Marquês, como se observa em suas palavras:

As preocupações da natureza e da arte ou são de primeira necessidade e estas são as que nos sustentam, nutrem, curam das doenças e vestem, ou da segunda, que nos servem de lucro, divertimento, deleite. De ambas produzem o Brasil com liberalidade, se bem que as de primeira necessidade estão esquecidas e perdidas, pois a cobiça as arrasa a pós. Cuida-se porventura da agricultura daquele país? Não, o ouro e os diamantes são os atrativos dos seus habitantes e os despovoadores da gente africana. Seria mais útil que esta gente empregada em desentranhar a força do trabalho da terra, o ouro e os diamantes, se ocupasse na cultura das terras. Que utilidade não tiraríamos da cultura do arroz, dos trigos, dos milhos e de toda a sorte de grãos que ali a natureza sem trabalho produz? Não podemos escusar as manteigas, queijos que as outras nações nos vendem, se ali se promovem estas matérias? [...]⁶¹

Aos dezoito de fevereiro de 1772,assim, organizou-se a primeira reunião da agremiação carioca, com a presença de dois médicos, quatro cirurgiões, dois boticários e um

curioso em agricultura. Ao todo, a Academia era composta por vinte e nove profissionais, distribuídos em cinco setores: medicina, cirurgia, botânica, farmácia e extraordinários. Esses afiliados à Academia de Ciências produziram e publicaram pareceres e memórias acerca de tais temáticas, notadamente através da Academia de Ciências de Lisboa e do jornal *O Patriota*, já no Oitocentos. E já que citamos a academia sediada no Velho Mundo, vale sublinhar que essa só foi constituída oito anos depois de sua congênere brasílica: após incisivas críticas de ilustres letrados lusos, como Antônio Ribeiro Sanches e Luís Antonio Verney (1713-1792), iniciou-se um movimento promotor da economia e do Estado, da instrução da população sob as ideias das Luzes – e não dos religiosos – e da aproximação dos portugueses das discussões correntes nos mais importantes centros de reflexão filosófica e científica.

A vida desses grupos foi, muitas vezes, efêmera. A Academia de Ciências do Rio de Janeiro, malgrado as reflexões, cartas, notícias e até a constituição de um horto botânico experimental para as plantas estudadas, funcionou por apenas sete anos. Entremeadas, porém, no cotidiano colonial, onde as barreiras para a produção escrita – fomentadas pela proibição do estabelecimento de universidades e prensas, o restrito público leitor e o diminuto número de bibliotecas⁶² – eram muitas, as academias sublinham seu valor. “Numa época em que as publicações impressas, além de raras, só se faziam em Portugal”,⁶³ a reunião de homens interessados por tratar da história, das ciências, da literatura e das artes avultava como “expressão por excelência do meio e dos letrados” e dava formas a “uma atmosfera estimulante para a vida intelectual, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência de grupo entre os homens cultos e levando-os efetivamente a produzir”.⁶⁴

Uma análise detida de textos produzidos pelos doutos, os “homens de ciência e de letras” sobre os quais nos debruçamos, demonstra que vários deles não eram apenas “esponjas” de ideias alheias, mas que produziam conhecimento significativo acerca da temática a qual se propunham trabalhar.⁶⁵ Muitos são os textos voltados para a história natural, matéria essa que estava em vias de se constituir em campo autônomo e auto justificado. “Individualmente, do ponto de vista de ideias propagadas pelos luso-brasileiros, não havia descompassos qualitativos em relação aos congêneres europeus”.⁶⁶ É possível afirmar, a partir das citações dos próprios doutos em seus compêndios, que muitos dos homens de ciência radicados nos trópicos estavam a par das teorias filosóficas e científicas do Iluminismo.

O médico da Armada portuguesa, Bernardino Antonio Gomes (1768–1823), para citarmos apenas um desses homens, além de estar familiarizado com a literatura médica do Velho Mundo, publicou o texto *Observationes botanico-medicae de nonnullis brasiliae plantis*, de 1812, que versava sobre a natureza dos trópicos e sua utilidade medicinal, em edição bilíngue latim-português, a fim de poder ser lido por estrangeiros e de introduzir aos portugueses as práticas científicas reconhecidas pelos mais renomados doutos europeus para a descrição de plantas. Seus trabalhos sobre propriedades medicinais de plantas e suas análises químicas da quina fizeram com que suas pesquisas fossem sistematicamente citadas.

Cenário das curas no Brasil

Mesmo considerando a diminuta presença dos doutores nos primeiros séculos de existência do Brasil,⁶⁷ não se pode afirmar que sua contribuição na cura e nas maneiras de perceber a doença sejam inexistentes. Como exposto, há diversos relatos sobre a visão dos médicos e cirurgiões sobre seus sucessos, infortúnios e impressões sobre as patologias faceadas na América Portuguesa que, por certo, contribuem para a compreensão do cotidiano de seus habitantes e das formas possíveis para que mantivessem ou reestabelecessem a saúde de seus corpos – e, muitas vezes, também de suas almas –, indispensável para que exercessem quaisquer que fossem suas funções na sociedade colonial.

Desses doutos, ainda, há textos especialmente escritos para criticar a ação de homens “experimentados”, homens que não haviam sido versados nas letras sobre o corpo e as doenças, mas apenas na prática, e que parecem ter sido recorrentemente chamados a obrar pela saúde dos povos em tempos de pouca medicina e muitas doenças. Os trabalhos de análise dos doutores e estudiosos sobre a natureza dos trópicos e a potencialidade de seus frutos para as boticas e mezinhas foram levados a cabo por laicos e religiosos, denotando a importância econômica e médica desses materiais. O cosmopolitismo da geração dos citados Bernardino Gomes, Francisco de Melo Franco, José Antônio Mendes, entre outros, permitiu inserções, muitas vezes bem-sucedidas, com grande aceitação dos círculos lusos de discussão.

Ao fim e ao cabo, a prática médica, ou melhor, as práticas de cura e de formação de saberes sobre as doenças e os corpos na colônia são fruto do intercâmbio entre as ideias advindas do Velho Mundo e as necessidades – e possibilidades – dos trópicos; uma prática médica que se fez brasileira, por adaptar-se ao meio social, ao clima e, sobretudo, às

possibilidades de acesso àqueles medicamentos então conhecidos pelos europeus e os criados nas bandas de cá. Os ingredientes que, combinados, proporcionaram a criação de uma terapêutica própria para a colônia lusa nas Américas dão os contornos, em linhas gerais, a uma medicina cujos profissionais procuraram de toda forma se distanciar e se diferenciar do empirismo, que deu outro sentido a diversas medidas – adequando-as à prática acadêmica –, que valorizou a experiência para elencar seus melhores exemplares, que agregou conhecimentos das mais diversas perspectivas sobre a arte de curar – de Hipócrates a Smedo, de Galeno a Boerhaave – e que, em última instância, conjugou o toque da terra ao olhar do especializado formado em terras europeias para obrar suas curas de forma satisfatória. Uma forma particular e individualizada de se pensar as doenças, os doentes e as possibilidades de curá-los.

Referências

ABREU, Laurinda. O papel das misericórdias dos "lugares de além-mar" na formação do império português. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, pp. 591-611, 2001.

ABREU, E. A. P. de. A Fiscatura-mor e o Cirurgião-mor dos Exércitos no Reino de Portugal e Estados do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXIII, parte 1, 1901.

ACL, Manuscrito azul n. 374, fl. 341, v-342.

ALGUNAS cosas que de la Provincia del Brasil se proponen nuestro Padro General este anno de 1579 y respuestas a ellas. Coleção Brasileira 2, v. 29.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. (org) *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1961, v. 1.

ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Edições Loyola: Vice Postulação da Causa de Canonização do Beato José de Anchieta, 1984.

ANÔNIMO. Journal d'um Voyage. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial*. Antologia de textos (1531-1800). São Paulo: Ed. José Olympio, 2008.

ANTT, RMC, Caixas, 151, 153-163.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. Brasileira vol. 300. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1977.

ARAÚJO, J. S. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus (BA): Editus, 1999.

ARCHIVO Pittoresco. Seminario ilustrado. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1866. v. 9.

BASTIDE, Roger. Medicina e magia nos candomblés. In: _____. *Negros no Brasil: religião medicina e magia*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 1971.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da Lingua portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo segundo. L-Z. Lisboa, na Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/bluteau/buscaDicionarioPIChave.asp>

BNL, mss.Cód.630, fl. 241v.

BOTO, C. *A escola do homem novo. Entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

BUCHAN, G. *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via dos remédios simples*. 10 vols. Tradução de Francisco Pujol. Lisboa: Tip. Rollandiana, 1801.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

CARTA dos oficiais da Câmara de São Paulo representando a grande falta que têm de médicos e medicamentos. In: Documentos históricos, v. 93, 1698.

CARTAS do Rio de Janeiro (1769-1776) – Marques de Lavradio. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978.

CASTELLO, José Aderaldo. Manifestações Literárias do Período Colonial. In: _____. *A Literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, v.1, 1972.

COMPENDIO historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados. Lisboa: Universidade de Coimbra, 1772.

COSTA, Affonso da. *Árvore da Vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas aprasiveis e saudaveis folhas em que se deixão ver muitos e singulares remedios assim simples como compostos, que a Arte, a experiencia, industria e a curiosidade descobrio para curar com facilidade quase todas as doenças e queixas a que o corpo humano está sujeito principalmente em terras distituidas de Medicos e Boticas*. Província de Goa, c. 1720.

COSTA, Jaime Celestino. O estudo da medicina até ao fim do século XIX. In: *Academia de Ciências de Lisboa. História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa. v. 1, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, 1969.

EDLER, Flávio C.; FONSECA, Maria Raquel F. da. Saber Erudito e Saber Popular na Medicina Colonial. *Cadernos ABEM*, Volume 2, Novembro 2005. Disponível em http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/med_brasil_sex_xx1.pdf

EDLER, Flavio Coelho and FREITAS, Ricardo Cabral de. O "imperscrutável vínculo": corpo e alma na medicina lusitana setecentista. *Varia hist.* [online]. 2013, vol.29, n. 50, pp. 435-452. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000200004&lng=en&nrm=iso

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do tempo dos vice reis*. Brasília: Senado Federal, 2000.

FALCÃO, Rubens. Academias Literárias. Contribuição para a história das que se fundaram no Brasil antes da Independência. *Autores e livros*. v. XI, n. 6, junho de 1950. http://memoria.bn.br/pdf/066559/per066559_1950_00006.pdf.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erario mineral dividido em doze tratados, dedicado, e oferecido à purissima, e serenissima Virgem Nossa Senhora da Conceição*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues, 1735.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; POLETTO, Roberto. Circulação e produção de saberes e práticas científicas na América meridional no século XVIII: uma análise do manuscrito *Materia medica misionera* de Pedro Montenegro (1710). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)*, v. 19, p. 1121-1138, 2012.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2001.

FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina Teológica*. São Paulo: Ed. Giordano, 1994. Coleção Memória.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As Fazendas Jesuíticas em Campos dos Goiatazes: práticas médicas e circulação de idéias no império português (séculos XVI ao XVIII). *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27.2, 2009.

GUIMARAES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200017&lng=en&nrm=iso

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos*. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Ed. Hucitec/ Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 2004.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2011.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*. Lisboa: Brotéria, 1953.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1938, Tomo 4.

_____. *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)*. Lisboa: Typografia do Porto, 1956.

MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

MARTINS E SILVA, J. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 191. *RFML* 2002; Série III; 7 (5), p. 237-249.

MARQUES, V. R. B. Educar para a saúde em manuais domésticos do Setecentos. In: *28 Reunião Anual da ANPEd*, 2005, Caxambú. 40 Anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

_____. Medicinas secretas. Magia e ciência no Brasil setecentista. In: CHALOUB, S.; MARQUES, V. R. B.; SAMPAIO, G. R. e SOBRINHO, C. R. G. *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. *Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MENDES, José Antonio. *Governo de mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito dez, e mais legoas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e a mais das vezes mortais*. Lisboa: Off Antonio Rodrigues Galhardo, 1770.

MONTEIRO, Paula. *Da doença à desordem. A magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1979.

MORÃO, Simão Pinheiro. *Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitâneas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes*. Leitura, explicação e nótulas do Dr. Jaime Walter. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1965.

_____. *Trattado Unico das Bexigas, e Sarampo*. Lisboa: Of. de João Galrao, 1683. In: MORÃO, ROSA & PIMENTA. *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1956.

PAIVA, Manuel Joaquim Henrique de. *Curso de medicina theorica e pratica destinado para uso dos cirurgiões que andam embarcados ou que não estudam nas universidades*. Lisboa, Typographia Régia Silviana, 1972.

PEDROSA, F. M. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, n. 1/2003, pp. 21-28.

PEIXOTO, A. (org.) *Cartas avulsas de jesuítas (1550-1568)*. Cartas Jesuíticas II. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1931.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Oct. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005&lng=en&nrm=iso

PITA, João Rui. Contributo para a história das farmacopeias portuguesas: Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Farmacopéa Lisbonense. *Cadernos de Cultura. Medicina na beira interior, da pré história ao século XXI*. Portugal, n. 22, novembro de 2008.

REGIMENTO que serve de lei, que devem observar os comissários delegados do físico-mor do Reino nos estados do Brasil. 1744. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/F%C3%ADsico%20mor.pdf>

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. HUCITEC, 1997.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*. – com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Ed. Unesp/HUCITEC, 1994.

SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1977.

SANTOS, Fernando Santiago dos *Os jesuítas, os indígenas e as plantas brasileiras: considerações preliminares sobre a Triaga Brasília*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SIGAUD, Jean François Xavier. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Chez Fortin, Massonet Cie, Libraires, 1844.

TISSOT, M. *Aviso ao povo acerca da sua saúde*. Tradução de Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Of. de Filipe da Silva Azevedo, 1786.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 316, 1977.

¹ MORÃO, Simão Pinheiro. *Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitâneas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes*. Leitura, explicação e nótulas do Dr. Jaime Walter. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1965, p. 7.

² *Ibid*, p. 15.

³ Ainda que boticários, parteiras e barbeiros também necessitassem e obtivessem *licenças* para exercer suas artes, utilizaremos o termo com estrita referência aos que eram certificados com diplomas de ensino superior em

Medicina ou Cirurgia, em consonância com a definição de Bluteau: “Licenciado: o que nas Universidades se dá ao aprovado nos Exames de Conclusões Magnas, e Exame privado. O sujeito que tem esse grau”. In: BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da Lingua portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo segundo. L-Z. Lisboa, na Officina de SimaoThaddeo Ferreira, 1789. p. 22 Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/bluteau/buscaDicionarioPIChave.asp>, acessado em 15/01/2010.

⁴ Conjugua bem Luiz Edmundo alguns dos fatores que não só contribuíram para a importação do modelo curativo europeu, como dos poucos nomes de médicos brasileiros coloniais que ganharam destaque por seus escritos: a falta de instrução médica no Brasil e as poucas vantagens em voltar para ele, quando formado no exterior. “Se mais notáveis deixamos de dar, a culpa foi tão-somente devida aos naturais estorvos que se antepunham aos filhos da terra, que tinham a veleidade de amar a instrução e os livros. Além de não possuímos escolas no país, para a Europa só ia o filho do rico, e, que, em geral, por lá mesmo ficava, ganhando, com vantagem, a sua vida.” EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do tempo dos vice reis*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 433.

⁵ “Muito certamente devido aos constrangimentos políticos e religiosos referidos, o conhecimento científico-pouco ou nada evoluiu no século XVII, ficando inclusive atrás do século anterior. E se até essa data não se notavam diferenças sensíveis com o resto da Europa, é a partir do século XVII que começa a verificar-se o atraso do País, na ciência em geral e na Medicina em particular. Por exemplo, as descobertas e repercussões clínicas dos trabalhos de William Harvey sobre o mecanismo da grande e da pequena circulação (sanguínea) no organismo humano (1620), a localização dos capilares entre as artérias e as veias por Henry Power (1649), a identificação da circulação linfática por Jean Pecquet (1651), os estudos anatômicos sobre os capilares pulmonares por Marcello Malpighi (1661) e as observações microscópicas dos organismos iniciadas por Antoine van Leeuwenhoek eram, virtualmente, desconhecidas do meio médico português”. Cf. MARTINS E SILVA, J. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 191. *RFML* 2002; Série III; 7 (5), pp. 245-246.

⁶ Cf. ALMEIDA, Carla B. S. *Medicina mestiça*. Saberes e práticas curativas nas minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 2010; ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. Brasileira vol. 300. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1977. BASTIDE, Roger. Medicina e magia nos candomblés. In: _____. *Negros no Brasil : religião medicina e magia*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 1971.

⁷ Ver, entre outros: LE FANU, James. *The rise and fall of modern medicine*. London: Little, Brown, 1999; UNDERWOOD, E; SINGER, C. *Science, medicine and history : essays on the evolution of scientific thought and medical practice, written in honour of Charles Singer*. London: Oxford University Press, 1953. BYNUM, W. F. *The western medical tradition: 1800 to 2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; KING, L. S. *The road to medical enlightenment, 1650-1695*. London: Macdonald & Co, 1970; HARRISON, M. *Disease and the modern world : 1500 to the present day*. Cambridge: Polity Press, 2004. LEMOS, M. *Historia da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. vol.1. Lisboa: Manoel Gomes, 1999. RODRIGUES, Isilda Teixeira; FIOLE, Carlos. O ensino da medicina na Universidade de Coimbra no século XVI. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, June 2013; COSTA, Jaime Celestino. O estudo da medicina até ao fim do século XIX. In: *Academia de Ciências de Lisboa. História e desenvolvimento da ciência em Portugal*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa. v.1, pp.498-508. 1986.

⁸ Cf. MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

⁹ ANCHIETA, José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Edições Loyola: Vice Postulação da Causa de Canonização do Beato José de Anchieta, 1984. pp. 239-240.

¹⁰ LEITE, Serafim. *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)*. Lisboa: Typografia do Porto, 1956, p. 7.

¹¹ ALGUNAS cosas que de la Provincia del Brasil se proponen nuestro Padro General este anno de 1579 y respuestas a ellas. Coleção Brasileira 2, v. 29, p. 45.

¹² COSTA, Affonso da. *Árvore da Vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas aprasiveis e saudaveis folhas em que se deixão ver muitos e singulares remedios assim simplicis como compostos, que a Arte, a experiencia, industria e a curiosidade descobrio para curar com facilidade quase todas as doenças e queixas a que o corpo humano está sujeito principalmente em terras distituidas de Medicos e Boticas*. Província de Goa, c. 1720. Antilóquio ao Leitor.

¹³ Idem.

¹⁴ GESTEIRA, Heloisa Meireles. TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As Fazendas Jesuíticas em Campos dos Goiatazes: práticas médicas e circulação de idéias no império português (séculos XVI ao XVIII). *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27.2, p. 125, 2009.

¹⁵ Serafim Leite descreve as boticas como compostas por uma sala e um laboratório ou oficina. A sala tinha função de loja, onde os medicamentos ficavam expostos para a venda, e no laboratório, equipado com fornalha,

estufa, alambique de cobre, almofarizes, vasos etc, as fórmulas eram manipuladas. Cf. LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*. Lisboa: Brotéria, 1953, p. 92.

¹⁶ ANÔNIMO. Journal d'un Voyage. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial*. Antologia de textos. (1531-1800). São Paulo: Ed. José Olympio, 2008. pp. 80-81.

¹⁷ SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1977, p. 128.

¹⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1938, Tomo 4, p. 190.

¹⁹ LEITE, Serafim. *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)*. Lisboa: Typografia do Porto, 1956, p. 14.

²⁰ Uma edição em língua moderna e um estudo acerca da ação dos inicianos no território das curas está sendo preparada pela autora do artigo e seu orientador.

²¹ Um estudo sobre a fórmula, com a taxonomia dos ingredientes, foi feito por SANTOS, Fernando Santiago dos *Os jesuítas, os indígenas e as plantas brasileiras: considerações preliminares sobre a Triaga Brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

²² *COMPENDIO historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa: Universidade de Coimbra, 1772. p. II.

²³ *Ibid*, p. 311

²⁴ *Ibid*, p. 313.

²⁵ EDLER, Flavio Coelho, FREITAS, Ricardo Cabral de. O "imperscrutável vínculo": corpo e alma na medicina lusitana setecentista. *Varia hist.* [online], 2013, vol. 29, n. 50, p. 439. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000200004&lng=en&nrm=iso

²⁶ REY, Roseline. L'ame, le corps et le vivant. In: GRMEK, Mirko; FANTINI, Bernardino. (eds.). *Histoire de la pensée médicale en occident: de la Renaissance aux Lumières*. v. 2, Paris: Éditions du Seuil, 1996, pp.117-55.

²⁷ EDLER, Flavio Coelho, FREITAS, Ricardo Cabral de. op. cit. p. 443.

²⁸ FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina Teológica*. São Paulo: Ed. Giordano, 1994. Coleção Memória. p. 22.

²⁹ *Ibid*, 17-18.

³⁰ *Ibid*, p. 19.

³¹ MORÃO, Simão Pinheiro. *Queixas repetidas em ecos [...]*, op. cit. p. 07.

³² Especialmente as sangrias. Cf. MORÃO, Simão Pinheiro. *Trattado Unico das Bexigas, e Sarampo*. Lisboa: Of. de João Galrao, 1683. Capítulo IV. In: MORÃO, ROSA & PIMENTA. *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1956.

³³ MORÃO, Simão Pinheiro. *Queixas repetidas em ecos [...]*, op. cit. p. 07.

³⁴ PEIXOTO, A. (org.) *Cartas avulsas de jesuítas (1550-1568)*. Cartas Jesuíticas II. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1931. p. 322.

³⁵ *ARCHIVO Pittoresco*. Seminario illustrado. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1866. v. 9. p. 80.

³⁶ Vale sublinhar que, embora muitos trabalhos dedicados a pensar sobre os doentes, as doenças e as formas de curá-los, antes da transladação da família Real e da institucionalização da clínica, tenham privilegiado a ação desses práticos, ou o caráter essencialmente mágico que uma espécie de medicina "alternativa" tenha desempenhado no Brasil, os licenciados não deixaram de pontuar "erros crassos", para usar as palavras de Morão, e valorizar seu trabalho nos escritos que legaram, pois seriam eles os efetivamente preparados para incursionar nos caminhos da cura.

³⁷ SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 1977, p 347.

³⁸ MENDES, José Antonio. *Governo de mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito dez, e mais legoas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e a mais das vezes mortais*. Lisboa: Off. Antonio Rodrigues Galhardo, 1770, p. XIII.

³⁹ PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Oct. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005&lng=en&nrm=iso>. acessado em 23/02/2014.

⁴⁰ MACHADO, Roberto et. al. op. cit. p. 26.

⁴¹ *REGIMENTO que serve de lei, que devem observar os comissários delegados do físico-mor do Reino nos estados do Brasil*. 1744. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/F%20C3%ADsico%20mor.pdf>, acessado em 23/01/2013.

⁴² *REGIMENTO que serve de lei, que devem observar os comissários delegados do físico mor do Reino nos estados do Brasil*. Códice 314. Lisboa, 16 de maior de 1744.

- ⁴³ MACHADO, Roberto et. al. op. cit. p. 35.
- ⁴⁴ Podemos excetuar dessa afirmativa alguns títulos das Ordenações Filipinas (1604), que, regendo a atuação das Câmaras Municipais, versava sobre temas como a limpeza das cidades. Vale observar, especialmente, o título XLVIII do livro I, “Dos Almotaces”. O conjunto das Ordenações encontra-se disponível em http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm?inp=fiscatura&qop=*&outp=.
- ⁴⁵ Citado por Eduardo Augusto Pereira de Abreu. ABREU, E. A. P. de. A Fiscatura-mor e o Cirurgião-mor dos Exércitos no Reino de Portugal e Estados do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXIII, parte 1, 1901, p. 189.
- ⁴⁶ ANTT, RMC, Caixas, 151, 153-163.
- ⁴⁷ TISSOT, M. *Aviso ao povo acerca da sua saúde*. Tradução de Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Of. De Filipe da Silva Azevedo, 1786, p. XVIII.
- ⁴⁸ BUCHAN, G. *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via dos remédios simples*. 10vols. Tradução de Francisco Pujol. Lisboa: Tip. Rollandiana, 1801, p. XXI.
- ⁴⁹ MARQUES, V. R. B. Educar para a saúde em manuais domésticos do Setecentos. In: *28 Reunião Anual da ANPEd*, 2005, Caxambú. 40 Anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005. p. 01-12.
- ⁵⁰ PAIVA, Manuel Joaquim Henrique de. *Curso de medicina theorica e pratica destinado para uso dos cirurgiões que andam embarcados ou que não estudam nas universidades*. Lisboa, Typographia Régia Silviana, 1972, p. 2.
- ⁵¹ GUIMARAES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200017&lng=en&nrm=iso>. acessado em 25/02/2014.
- ⁵² EDLER, Flávio C.; FONSECA, Maria Raquel F. da. Saber Erudito e Saber Popular na Medicina Colonial. Cadernos ABEM, Volume 2, Novembro 2005. Disponível em http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/med_brasil_sex_xx1.pdf
- ⁵³ BOTO, C. *A escola do homem novo. Entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.
- ⁵⁴ Apud ALMEIDA, Manuel Lopes de. (org) *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1961, v.1, p.102.
- ⁵⁵ PITA, Sebastião da Rocha. Apud FALCÃO, Rubens. Academias Literárias. Contribuição para a história das que se fundaram no Brasil antes da Independência. *Autores e livros*. v. XI, n. 6, junho de 1950, p. 59. http://memoria.bn.br/pdf/066559/per066559_1950_00006.pdf
- ⁵⁶ SIGAUD, Jean François Xavier. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Chez Fortin, Masson et Cie, Libraires, 1844, p. 481.
- ⁵⁷ PEDROSA, F. M. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, n. 1/2003, pp. 21-28.
- ⁵⁸ BNL, mss. Cód. 630, fl. 241v.
- ⁵⁹ WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 316, 1977, p. 240.
- ⁶⁰ *CARTAS do Rio de Janeiro (1769-1776)* – Marques de Lavradio. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 96.
- ⁶¹ ACL, Manuscrito azul n. 374, fl. 341, v-342.
- ⁶² Cf. MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1979; RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)* – com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.
- ⁶³ CASTELLO, José Aderaldo. Manifestações Literárias do Período Colonial. In: _____. *A Literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, v. 1, 1972, p. 101.
- ⁶⁴ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, pp. 77-78.
- ⁶⁵ Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, 1969.
- ⁶⁶ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2011.
- ⁶⁷ A demanda de pedidos por médicos pode ser ilustrada pela CARTA dos oficiais da Câmara de São Paulo representando a grande falta que têm de médicos e medicamentos In: Documentos históricos, v. 93, 1698, p. 80, onde os vereadores sugerem ao Rei que na ausência de médicos voluntários para aqueles domínios, que se obrigassem alguns a deslocar-se para lá, tamanha sua ausência e necessidade.